

Alexandre Garcia

**“Contam-se 20 milhões de idosos provedores de famílias. Noventa por cento dos idosos contribuem com o orçamento de casa. Os benefícios previdenciários representam 75% da renda de quase 6 milhões de lares”**

## Ministério do Bem-Estar

**V**olta a ter status de ministério o Trabalho e a Previdência. Nem deveria ter perdido a força política e virar uma secretaria especial do Ministério da Economia, porque é um dos setores mais importantes do Poder Executivo Federal. A previdência está presente em todas as famílias, que têm alguém aposentado, pensionista, doente, de-

sempregado ou contribuinte. E o Trabalho cresce de importância em tempos da pandemia que fechou, desempregou e derrubou a renda.

Politicamente, é uma imensa força. João Goulart começou como ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e acabou presidente da República. Recentes ministros da Previdência viraram governadores, como Jair Soares, Antônio Brito e

Waldir Pires. Na vizinha Argentina, o Ministério do Bem-Estar Social, com a Previdência e o Trabalho, foi a força que sustentou o peronismo. Em ano pré-eleitoral, também um imenso instrumento político.

A Previdência é um gigante. Tem o regramento do FGTS e do FAT, o INSS, a Previdência Complementar, a Previdência do Servidor Federal, o Dataprev, a Fundacentro — e seus conselhos. Questões presentes e futuras ligadas ao trabalho, ao emprego e à Previdência Social têm ligação umbilical

com a recuperação econômica pós-pandemia, isso sem contar o socorro a 60 milhões de brasileiros, a maioria informais, sem carteira assinada. Além disso, é bom lembrar que a tão necessária reforma da Previdência foi desidratada. Falava-se em trilhões, depois reduziu-se ao trilhão, caiu para R\$ 800 milhões e agora deve estar aquém disso. E há milhares de benefícios ilegais que ainda precisam ser investigados e cortados.

É uma questão social importantíssima. Contam-se 20 milhões de idosos

provedores de famílias. Noventa por cento dos idosos contribuem com o orçamento de casa. Os benefícios previdenciários representam 75% da renda de quase 6 milhões de lares. O ministro Onyx Lorenzoni, que foi o primeiro aliado do candidato Jair Bolsonaro, quer aproveitar ideias do tempo em que era ministro da Cidadania, porque, na outra ponta etária, estão jovens sem emprego e sem rumo profissional. Só isso dá uma pequena noção do tamanho do desafio. Era demais para um único ministro.

**INVESTIGAÇÃO /** Polícia Civil do Distrito Federal inspeciona a residência da deputada, que apareceu com uma série de lesões. Ministério Público devolve inquérito do caso à Polícia Legislativa por dados incompletos sobre as diligências

# Perícia no apartamento de Joice

Bárbara Cabral/Esp/CB/D.A Press



Joice: “Ninguém entraria na casa de uma parlamentar para agredi-la dando ‘tchauzinho’ para a câmera (...). Não terei o mesmo destino de PC Farias”

» RENATO SOUZA  
» SARAH TEÓFILO

A Polícia Civil do Distrito Federal realizou, ontem, uma perícia no apartamento funcional da deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), na Asa Norte. O objetivo é entender se o imóvel pode ter sido invadido, além de avaliar o local onde ela disse ter acordado lesionada e ensanguentada, apesar de o espaço já ter sido limpo. A congressista sofreu lesões durante a noite do último dia 18 e disse não ter certeza do que aconteceu, mas cita a possibilidade de um atentado.

“A Polícia Civil fez agora longa perícia no meu apto com o que há de mais moderno em investigação. Também recolheu materiais para análise. Essa investigação vai até o fim. A PC também viu as falhas de segurança do prédio. Não existem câmeras de segurança nas escadas e entradas dos apartamentos”, escreveu Hasselmann, nas redes sociais. “Já disse, com todas as letras, que isso não é coisa de amador, mas de profissional. Ninguém entraria na casa de uma parlamentar para agredi-la dando ‘tchauzinho’ para a câmera do térreo ou do elevador, tendo tantos pontos cegos no prédio. Não terei o mesmo destino de **PC Farias**.”

Enquanto a PCDF avança na investigação, a Polícia Legislativa teve o inquérito devolvido por ter enviado ao Ministério Público Federal (MPF) laudos periciais incompletos sobre as diligências. A corporação afirma ter periciado 16 câmeras de segurança e ouvido testemunhas que trabalham na região. No entanto, no MP, o material recebido foi considerado insuficiente para se chegar à conclusão sobre denúncia ou arquivamento do caso. Assim que novas diligências forem cumpridas, a Po-

### Suposta queima de arquivo

Paulo César Farias, o PC Farias, foi tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor de Mello, hoje senador. O empresário alagoano foi assassinado em 23 de junho de 1996, com a namorada, Suzana Marcolino. O duplo homicídio ocorreu dias antes da data prevista para PC Farias depor na CPI que investigava esquema de corrupção envolvendo o governo.

lícia Legislativa poderá enviar novo relatório conclusivo.

Na segunda-feira, a parlamentar prestou depoimento à Polícia

Civil e fez um exame no Instituto Médico Legal (IML). À imprensa, contou ter encontrado um objeto, no último domingo, que não pertence a ela nem a ninguém de sua casa. Segundo afirmou, entregou o objeto à polícia do DF. A deputada não quis dizer o que é, mas frisou não ser um objeto cortante. A Polícia Civil de São Paulo também acompanha o caso, por já investigar ameaças de morte contra a congressista.

Hasselmann acredita que pode ter sido vítima de um atentado com fins políticos. A deputada acusou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de tentar forjar uma versão falsa do caso. O ministro da pasta, Au-

gusto Heleno, nega o que chamou de “ilações”.

### Desconforto

As críticas de Hasselmann à Polícia Federal provocaram incômodo na corporação. Em uma entrevista coletiva, no domingo, a parlamentar ressaltou não ter procurado a instituição, após identificar lesões pelo corpo, por não confiar na integridade do trabalho de investigação. “Eu confio na instituição PF. Eu não confio é em algumas pessoas específicas e na possível interferência do governo na PF. Eu tenho receio de que o Planalto faça uma interferência. O GSI já está envolvido em

uma trama”, frisou, na ocasião.

A congressista destacou, na coletiva, que tem defendido a autonomia da instituição. “O pedido de impeachment que eu apresentei contra o presidente Jair Bolsonaro é justamente por interferência na PF. Todos sabem que ele interferiu”, completou.

Em nota pública, a Fenapef rebateu as declarações. “O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio Boudens, comenta que é lamentável e incompreensível a fala da deputada Joice Hasselmann sobre a Polícia Federal, entidade respeitada pela sociedade brasileira e que trabalha todos os dias pela segurança pública”, enfatizou o texto.

## Sem imagens de suspeitos

A Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados (Depol) disse não ter identificado a entrada de nenhuma pessoa estranha no prédio em que mora a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) entre 15 e 20 de julho. A parlamentar sofreu um incidente, ainda sem explicação sobre a causa, na madrugada do dia 18. Ela acordou com fraturas e hematomas pelo corpo e sem memória do que aconteceu.

“A Depol realizou perícia em 16 câmeras do prédio onde se localiza o apartamento funcional da deputada Joice Hasselmann e concluiu que a parlamentar não saiu do imóvel de quinta (15) a terça-feira (20), momento em que teria saído para o hospital”, informou. “Além disso, foram realizadas oitavas de funcionários que trabalham no local. Também não foi identificada a entrada de nenhuma pessoa estranha nesse período.”

Joice Hasselmann divulgou uma nota comentando as informações da Polícia Legislativa. “A nota da Depol prova o que eu tinha dito desde o início sobre as datas do ocorrido e derruba a tese espalhada por governistas de suposto acidente de carro: eu não saí de casa, como, aliás, é de praxe nos finais de semana. Eu mesma pedi perícia à PCDF do meu automóvel para comprovar que não houve qualquer avaria”, frisou.

Ela ressaltou que não existem câmeras de segurança nas escadas nem nas entradas dos apartamentos funcionais. “Eu mesma chamei a atenção para o problema em meu depoimento à Depol, e agentes alegaram que seria para resguardar a ‘privacidade’ dos parlamentares. Comuniquei a falha de segurança, também, à Procuradoria da Mulher da Câmara e à Polícia Civil”, acrescentou.

## CASO COVAXIN

Pedro Franca/Agência Senado

# Miranda: delegado sabia das pressões

O deputado Luis Miranda (DEM-DF) prestou depoimento, ontem, à Polícia Federal, em Brasília. O parlamentar foi ouvido no âmbito de um inquérito que investiga se o presidente Jair Bolsonaro cometeu o crime de prevaricação. A oitiva durou mais de quatro horas, e o congressista disse ter informado que um delegado da corporação é testemunha das pressões que o irmão dele, Luis Ricardo Miranda, chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, sofreu para aprovar a entrada da vacina indiana Covaxin no território nacional. Ele frisou não ter gravado do momento em que o chefe do Executivo foi informado do caso, mas não descartou que o material exista.

Durante o depoimento, Luis Miranda apresentou arquivos de conversas trocadas entre ele e o irmão, além de diálogos com ou-

tras pessoas. Bolsonaro teria sido informado da suposta fraude no contrato de aquisição da Covaxin em 20 de março deste ano, mas não teria levado a denúncia à frente e informado a Polícia Federal, para que fosse feita a investigação. Os irmãos Miranda dizem ter informado ao chefe do Planalto que existia pressões para aprovar a importação do imunizante.

Um das ilegalidades seria a cobrança de propina, que teria envolvido empresários, políticos e militares. A CPI da Covid revelou novos fatos, como visitas de representantes da Precisa Medicamentos, que tentou vender a Covaxin ao governo, e de ofertas supostamente superfaturadas pelo imunizante, além de documentos com informações suspeitas. “Temos um delegado da Polícia Federal como testemunha de que meu irmão estava passando por isso. É



O deputado Luis Miranda prestou depoimento, ontem, à Polícia Federal

uma testemunha importantíssima”, contou. “No dia 20, ele falou com esse delegado que estava sendo pressionado e precisava de ajuda. Inclusive, provavelmente, foi ele quem encaminhou ao Ministério Público, e a procuradora o chamou no dia 24 de março”, emendou, numa referência a Luciana Loureiro, da Procuradoria da República no Distrito Federal, primeira a quem Luis Ricardo relatou as suspeitas sobre o contrato.

O parlamentar ressaltou que

foi ouvido na condição de testemunha e que pretende que o caso seja esclarecido. “Hoje (ontem), entreguei todos os documentos, todos os prints. Eu nunca deletei nenhum arquivo desde o momento que denunciamos este caso... Não é só um caso que levamos ao presidente exclusivamente. Existe a Polícia Federal envolvida no depoimento da CPI”, destacou.

Miranda detalhou sobre como Bolsonaro foi informado da suposta fraude. “Nós levamos ao presi-

dente, dia 20 de março, todas as informações. Entregamos matérias, inclusive uma que tinha a foto do Ricardo Barros (deputado do PP-PR, líder do governo na Câmara)... Eu fiz uma timeline histórica sobre o caso. Inclusive, em um grupo com várias testemunhas, em que ele questiona o que está acontecendo”, relatou. “Meu irmão me mandou mensagens no privado, e eu pedi para ele conversar com um delegado da Polícia Federal. Ele disse que já tinha recebido ligação do dono da empresa, do diretor para resolver aquilo naquele dia.”

De acordo com o congressista, o delegado da PF deve ter levado o caso ao Ministério Público, pois, dias depois, uma procuradora chamou Luis Ricardo Miranda para depor. Ele negou que tenha em seu poder um áudio gravado no dia da reunião com Bolsonaro. “Eu jamais gravaria um presidente. Acho imoral no meio político gravar colega. Mas jamais vou dizer que não existe gravação. Até mesmo porque já vi algumas pessoas dizendo que a gravação tem tantos minutos. Agora, eu não tenho nenhum arquivo do tipo”, ressaltou. (RS)

## » PF vai investigar suspeita de propina

A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar a suspeita de pedido de propina de US\$ 1 por dose de vacina, que teria sido solicitado pelo então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias. A denúncia foi feita pelo cabo da Polícia Militar de Minas Gerais Luiz Paulo Dominghetti. Ele disse à CPI da Covid que Dias cobrou a propina quando ele tentou vender 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca, em 25 de fevereiro. O diretor foi exonerado assim que a denúncia foi feita. Também ontem, Dias entrou com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender os efeitos da prisão em flagrante determinada pelo presidente da CPI da Covid, Omar Aziz (PSD-AM), em 7 de julho, quando o ex-servidor prestou depoimento à comissão. A defesa chamou a detenção de arbitrária e que se deu “sob alegação genérica de falso testemunho”, e que o habeas corpus obtido por Dias tem como objetivo “cessar os efeitos decorrentes da ilegal determinação de prisão em flagrante”.